

“De novo não Vale”.

Uma análise crítica sobre a atuação da empresa brasileira Vale em Moçambique e o desempenho das mídias de resistência.

Fabrcício Dias da Rocha¹

Resumo

Neste trabalho, partimos da hipótese de que a atuação em Moçambique da empresa brasileira de mineração Vale está atualmente a dar continuidade a uma lógica da monocultura da produção capitalista de cunho neoliberal, e a perpetuar, por meio de uma monocultura do saber, pelo menos dois tipos de desenraizamentos: o desenraizamento de populações de seus territórios, e o desenraizamento [ou exclusão] dessas mesmas populações dos processos de decisões, e que conforma o exercício de uma cidadania participativa. Buscamos perceber ainda, como as mídias alternativas e de resistência vêm tratando o assunto, promovendo o debate público e o exercício de uma participação cidadã. Ainda, baseado nos noticiários recorrentes no cotidiano, faz-se necessário notar como a mídia convencional aborda essa problemática e como promove, em conluio com o poder económico, formas de silenciamento dos povos atingidos pelos projetos da empresa e a exclusão dos mesmos no processo decisório.

Palavras-chave: Moçambique, Mineradora Vale, Mídia alternativa, Cidadania participativa.

Abstract

In this work, we start from the assumption that the operations in Mozambique of the Brazilian mining company Vale is currently continuing a monoculture of capitalist logic of production with a neoliberal imprint, and perpetuating by the monoculture of knowledge at least two types of uprooting: of the populations from their territories, and uprooting [or exclusion] of these populations of the decision processes, disallowing the exercise of a participatory citizenship. At the same time, we seek to understand how the alternative and resistance media have been treated the subject in order to promote public debate and the exercise of a citizen participation. Therefore, based on the daily news, it is necessary to note how the mainstream media covers this issue and how it promotes, in collusion with economic power, forms of silencing the people affected by the company and the exclusion of these people in decision making.

¹ Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global pelo CES-Coimbra; Mestre em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra (2010); Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará – Brasil (2008). Atualmente desenvolve estudos sobre reconfigurações identitárias de moçambicanos “brancos” em Moçambique, pesquisa ferramentas para exercício de cidadania participativa por populações afetadas por grandes projetos de desenvolvimento e questões relacionadas aos projetos de cooperação Brasil-Moçambique. Em trabalhos anteriores, desenvolveu pesquisa na área das migrações e no estudo da formação de identidades transnacionais em Portugal; na observação do desenvolvimento de estratégias de construção de cadeias produtivas artesanais locais no Perú; e na análise dos elementos que conformam as práticas e rituais de cultos religiosos Amazónicos.

Keywords: Mozambique, Vale mining company, Alternative media, Participatory citizenship

Introdução

Através de uma perspectiva socio-histórica, este artigo busca primeiramente demonstrar como desde a crise do Estado centralizado, da abertura para o mercado nos anos 80, passando pelo fim da guerra civil e por meio do Plano de Ajustamento Estrutural dos anos 80/90 orientados pelo FMI e Banco Mundial, Moçambique, sob a égide do controle da inflação, dos gastos do governo e restrições fiscais contidas no pacto de Bretton Woods, manteve uma lógica monetarista de inviabilização da real necessidade das populações mais afetadas pela guerra civil (Hanlon,1997:15), facilitando a atuação e exploração voraz dos grandes empreendimentos como os da Vale em Moatize, na província de Tete.

Dessa forma, processado o fim das animosidades entre a Frelimo² e a Renamo³ no campo ideológico e bélico após a assinatura do acordo de paz em 1992, o governo moçambicano deu continuidade ao plano de privatizações do aparato estatal e ao projeto de concessão de terra para fins de exploração extrativista contidos também no PRE. Esta outra mudança paradigmática significou não só uma nova fase económica de exploração dos recursos naturais do território, mas também um outro ciclo de exploração das populações que historicamente estiveram privadas e alheias aos processos decisórios.

O grande afluxo de capital para Moçambique nos anos 90 reordenou mais uma vez a lógica de governação do Estado. Esta “nova” lógica esteve novamente pautada na alocação de grandes somas de capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais por multinacionais através dos investimentos de corporações e “ajuda” de instituições supranacionais, e por meio de grandes incentivos fiscais e dividendos gerados para as pessoas à frente de instituições estatais. A denúncia mais recente promovida pelos meios alternativos, a qual iremos discutir neste texto, foi feita em 2012 pelo jornalista

² Frente de Libertação de Moçambique: grupo opositor ao regime português no período colonial e que realizou a independência moçambicana em 1975. Tornou-se um projeto político socialista de partido único para o país em 1977, adotando primeiramente uma economia centralizada.

³ Resistência Nacional Moçambicana: grupo armado constituído como oposição à Frelimo após a independência de Moçambique e um dos protagonistas da guerra civil moçambicana de 1975 à 1992.

Jeremias Vunjanhe da ONG Justiça Ambiental Moçambique (JA) e diz respeito às ingerências e aos abusos da empresa mineradora brasileira Vale em Moatize, na província de Tete. Esta mesma empresa tem vindo a receber manifestações de repúdio de variadas entidades civis e mídias alternativas e a sofrer processos em várias partes do mundo, devido principalmente a sua forma de atuação *in loco* que, segundo as denúncias, desrespeita seus trabalhadores e as comunidades nas regiões onde se instala através de práticas laborais e comerciais pouco transparentes e salubres.

A presença da companhia Vale S.A no Brasil e em Moçambique: um breve histórico

A fundação da companhia de mineração conhecida hoje como Vale remonta a 1909, sob a denominação de *Brazilian Hematite Syndicate - BHS*, que extraía minério de ferro em Itabira, no estado brasileiro de Minas Gerais. Em 1942, o Estado brasileiro por decreto adquire a *Itabira Iron Ore Company* (ex-BHS) criando assim a Companhia Vale do Rio Doce. No Brasil, a partir da década de 80, a empresa Vale do Rio Doce em consórcio com a americana *US Steel* deu início a um agressivo processo de ampliação de suas plataformas de atuação com o desenvolvimento do projeto Carajás⁴ nos estados do Pará e Maranhão, sendo este projeto ainda hoje um dos seus principais ativos. Em 1997, inserida no Programa de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso⁵, a empresa é privatizada. Em 2009, a companhia adota o nome fantasia e razão social Vale S.A.

Destarte, ao consolidar-se no mercado interno brasileiro, a partir de 2001 a empresa amplia seu foco visando o mercado internacional. Entretanto, somente com o advento do governo Lula em 2003 e seu plano de projeção do poder económico do Brasil, por meio de uma maior internacionalização das empresas nacionais e ampliação de acordos de cooperação intergovernamentais, que a empresa inicia efetivamente sua agressiva aposta internacional através da aquisição de congéneres no Oriente

⁴As atividades extrativo exportadoras da Vale na região sul do Pará vêm desde 1985. A mina de ferro de Carajás localiza-se em Parauapebas, sul do Pará, e é a maior reserva de minério de ferro a céu aberto do mundo. Atualmente, dentre outros minérios, estima-se uma produção anual de cerca de 1,8 milhão de toneladas de ferro gusa, principal matéria prima para a produção de aço (Dossiê Vale, 2010: 41).

⁵ De acordo com o dossiê criado pelo I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale (Abril/2010), “ainda que a justificativa do governo FHC para privatizar a Vale fosse reduzir a dívida pública brasileira, o valor pelo qual a companhia foi vendida não correspondeu a dois meses de pagamento dos juros da dívida vigente” (2010: 9).

Médio, América Latina, América do Norte e Europa, despontando deste modo como grande investidor internacional.

A atuação da Vale em África dar-se-á a partir de 2004 em Moçambique, por meio do recebimento da concessão de prospeção e exploração mineira (exploração de carvão mineral) em Moatize, localizada na região centro oeste do país e a 80 km da fronteira com o Malawi. Dessa forma, com um contrato válido por 35 anos e uma taxa anual de extração de 26 milhões de toneladas de carvão mineral durante esse período. Em 2009 inicia o plano de reassentamento de 1365 famílias para duas áreas: Catembe, de características rurais, e 25 de Abril, com atributos urbanos; ambas localizadas no mesmo distrito⁶. O deslocamento e reassentamento de mais de um milhar de pessoas criaram vários problemas de ordem social e ambiental para as famílias circunscritas na área de interesse do projeto, principalmente no que diz respeito à sua integridade cultural e física. Este feito gerou ainda empecilhos de cunho moral e ético para a Vale por motivos que iremos analisar mais adiante.

A Vale e o reassentamento populacional: um pouco mais do mesmo

Com base em dados levantados pela ONG Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale⁷, para além do desalojamento de famílias da área destinada à implantação da mina de Carvão de Moatize, a forma de desocupação de tal área não obedeceu critérios transparentes de consulta e indenizações às populações. Consoante a esse fato, segundo a ONG, houve indícios de desrespeito aos direitos culturais dos povos localizados na região, visto que além de removerem as pessoas da comunidade e as rearranjarem em outro espaço territorial, foi necessário proceder a exumações e traslado de corpos de pessoas e animais situados em cemitérios familiares ou em locais de culto de muitos dos reassentados. Esta ação, sob um julgo antropológico, caracteriza um desrespeito às crenças e aos hábitos formadores do *ethos* social daquela comunidade.

⁶ Dados obtidos no Dossiê dos Atingidos pela Vale de 2010 e no Relatório de Sustentabilidade da Vale para o ano 2011. Conferir em: www.atingidospelavale.wordpress.com

⁷ No Brasil esta ONG promove caravanas e passeatas de protesto contra a Vale pelos estados brasileiro onde a mesma detém projetos. Sobre os deslocamentos de famílias em Moçambique, dentre outros assuntos relacionados conferir: <http://atingidospelavale.wordpress.com/2010/04/14/despejos-e-desrespeito-cultural-em-mocambique/>

Um dos impactos sociais causados pelo deslocamento de pessoas para outros espaços reservados para reassentamento diz respeito à escassez de aparatos e meios produtivos e de manutenção da subsistência comunitária nos novos “lares”. Outro fator deletério que podemos destacar desse processo de remoção e mudança abrupta, está no desrespeito às lógicas de reprodução social intrínsecas a estes grupos, onde estão presentes os laços afetivos e de sociabilidade pautados principalmente na identificação com o local de nascimento e dos seus antepassados. Este tipo de dirigismo social, ainda tão presente na memória dos moçambicanos, alheia estas pessoas da decisão sobre seu futuro.

O caráter reacionário na atuação destes empreendimentos não é atual, nem no sentido do desempenho dessas empresas no âmbito mundial e muito menos no específico dessa atuação em Moçambique. Na verdade, durante todo o século XX, este país e grande parte de seu povo sofreram com as intervenções empresariais locais, tanto pelo capital privado de economia mista (primeiro por parte da empresa colonial e seus correligionários, e depois pelo capital estrangeiro de cunho neoliberal), quanto pelo Estado centralizado (no modelo socialista pós independência) e também no tocante ao reordenamento das populações intra e extraterritorialmente.

Neste sentido, a violência ontológica decorrente da “linha abissal⁸” se fundamenta pelos elementos que a compõem e em acordo com suas respectivas funções: o exercício da intransigência no desenraizamento de populações rurais dos seus territórios de origem, na conseqüente apropriação (mais não sem resistências ou, às vezes, cumplicidade) de sua força de trabalho que culminou na eliminação de formas próprias de produção e reprodução do bem viver nessas zonas.

Cabe ressaltar que no contexto do projeto colonial não se perspectivava uma ascensão social da classe subalterna – neste caso os autóctones negros – a um patamar de igualdade ao branco colono, mas sim a manutenção dos mesmos no quadro de subjugação e exploração capitalista planejado pelo regime. Entretanto, após a derrubada do modelo colonial, a nova administração no poder visava aparentemente uma mudança radical nos padrões de produção económica e reprodução social,

⁸ Para Boaventura de Santos (2010) essas linhas estão assentes no pensamento moderno ocidental ou abissal e constituem-se em distinções invisíveis que produzem inexistências do outro lado da linha.

baseada na elevação social dos povos subalternos e capitaneada pela ideologia do “homem novo”⁹.

Com efeito, no contexto moçambicano pós colonial, a construção de aldeias comunais¹⁰ compunha o cerne da política da Frelimo para o meio rural, devendo as mesmas estarem assentes na produção coletiva, isto é, nas cooperativas e nas empresas estatais. A convocação política para estas áreas processava-se com promessas de apoio na edificação das casas próximas aos serviços que havia nas aldeias, como, por exemplo, o posto de saúde e assistência sanitária, escolas, abastecimento de água, comércio, etc.

A execução das aldeias comunais foi perspectivada única e exclusivamente como uma alteração física do lugar de residência, sem se considerar mudanças e transformações que tal alteração acarretaria nos ordenamentos lógicos inerentes às convenções produtivas e relacionais de grupo, nas práticas económicas e sociais cotidianas, no saber local, na organização socioespacial das famílias, no processo intercomunitário das trocas materiais e simbólicas, nos rituais e cultos locais aos antepassados, enfim, em toda uma gama de costumes e práticas socioculturais que foram indiscriminadamente inviabilizadas e, ao mesmo tempo, invisibilizadas.

Essa ação arbitrária perpetrada pelo Estado socialista, a qual foi também patente no Estado colonial, de certa forma concentra os pressupostos para a crítica à monocultura do saber, i.e. crítica à exclusividade da cientificidade ocidental (neste caso socialista) e da “alta cultura” *versus* os outros saberes, que significam incultura e atraso (neste caso os saberes rurais). Esta negação do outro contido na monocultura do saber, e o apelo à uma ignorância douda ou a uma sapiência bancária¹¹ e dualista, por mais pragmática e realista que seja, contém em si os elementos epistemológicos para trilhar o caminho para o seu isolamento. Neste sentido, é necessário termos em conta que uma ecologia dos saberes concebe e permite a identificação de outros saberes invisibilizados e desacreditados, partindo do pressuposto de que todos os saberes são uma superação de uma ignorância (Santos, 2006; 2010).

⁹ Este “homem novo” compreenderia o indivíduo educado e disciplinado nos padrões ideológicos eurocentrados e que adequaria ainda o princípio económico da auto suficiência produtiva (Macagno, 2009).

¹⁰ Agrupamentos idealizados pela Frelimo baseados na produção coletiva.

¹¹ Termo baseado na crítica à educação bancária do modelo capitalista (ausência de reflexão crítica no processo de ensino-aprendizagem) difundida por Paulo Freire (1994).

Praticamente todos esses processos se constituíram em deslocação e centralização de povos em agrupamentos maiores que, segundo Borges Coelho (2004: 198), decomuseram as comunidades e lhes retiraram sua arma estratégica elementar: a resposta aos reveses climáticos, ou seja, “a ligação ao território e o ordenamento disperso” e a sua reprodução social enquanto comunidade dotada de juridicidade própria.

Neste sentido, Mosca explica que ambos, o Estado colonial e a Frelimo, concederam grande importância ao papel do Estado na infraestrutura produtiva. Apesar das assimetrias de posse dos meios de produção no “setor moderno” (privado primeiro e público depois), estes modelos não alteraram substancialmente as condições de vida dos trabalhadores camponeses e de grande parte da população, chegando a deteriorarem-se mais no período pós independência (Mosca, 1999: 105).

Na atualidade, com a abertura para o mercado transnacional, o papel do Estado ainda é de suma importância, principalmente como propiciador da inserção de multinacionais no país e catalisador de investimentos e ajuda externos. Contudo, a ingerência do capital estrangeiro, neste caso o capital brasileiro através da empresa Vale, sob os auspícios do governo, propõe mais uma vez alienar as pessoas atingidas por este capital de uma vida digna e do poder de decisão sobre seu futuro e, ao mesmo tempo, continua a inviabilizar os conhecimentos e saberes detidos por essa população. Todavia, estes atos que tendem a perpetuar as condições de subjugação e exploração das populações pelo poder económico (de cariz neocolonial) vem atualmente sendo contestados e questionados pelos diferentes grupos e organizações que lutam pelos direitos dos povos tradicionais e através dos novos canais de comunicação de massa. Esta prática de contestação pode ser considerada como uma tentativa de ação contra hegemónica aos padrões estabelecidos, e o uso dos novos veículos de comunicação e mídia, ao exemplo da internet, demonstra uma tendência ao exercício de um possível contradiscurso.

As mídias alternativas como exercício de uma cidadania participativa: a Vale e o caso da Conferência Rio+20

Em 12 de junho de 2012 o jornalista moçambicano Jeremias Vunjanhe, integrante da ONG Justiça Ambiental Moçambique, foi impedido de entrar no Brasil para

participar da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, e de outro evento paralelo, a Cúpula dos Povos. Curiosamente, os motivos deste impedimento nunca foram esclarecidos totalmente e ainda pairam sob uma penumbra de suposições. Entretanto, este ativista, através de suas críticas ao modelo de exploração extrativista global, vem reverberando denúncias de violações de direitos humanos e ambientais cometidos pela empresa Vale em seu país.

Este incidente teve destaque na grande imprensa brasileira primeiramente através da matéria da BCC Brasil do dia 15 do mesmo mês, intitulada “Não deram explicações diz moçambicano barrado ao tentar entrar no país para Rio+20”¹²; e reapresentada a mesma reportagem pelo portal G1 do grupo O Globo. Estes dois grandes portais de informação, entretanto, não se limitaram a expor o impedimento de entrada do jornalista no Brasil, e efetuaram ainda a cobertura do retorno do jornalista ao país três dias após aquele lamentável “incidente”.

É possível supor que o destaque dado por essas mídias convencionais ao acontecido esteja ancorado em outros fundamentos que não o do imediato interesse público. Em primeiro lugar, a matéria em questão não era em “primeira mão”, ou seja, não era produto nem derivada de fontes institucionais por meio de *press-release*, pois a temática e o produto jornalístico já havia sido concluído e exposto nas mídias alternativas, como no caso da nota de repúdio no *website* da campanha internacional “Justiça nos trilhos”¹³ e pelo projeto de informação alternativa “Radio Mundo Real”¹⁴ no dia 14 de junho; ou seja, um dia antes da reportagem da BBC Brasil, levando esta última possivelmente a não ter meios convencionais para tentar dissimular o caso. Em segundo lugar, o jornalista impedido, fazia parte de uma delegação de observadores da ONU convidada pelos organizadores dos dois eventos.

Sendo a Vale um dos apoiadores da Rio+20, acreditamos que não seria idóneo, nem para a empresa nem para o governo brasileiro, que um de seus convidados fosse

¹² Este artigo pode ser verificado no endereço http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_rio20_mocambicano_if_ac.shtml Último acesso em 11 de Agosto de 2012.

¹³ Esta nota pode ser verificada através do endereço <http://www.justicanostrilhos.org/nota/986>

¹⁴ Este projeto faz parte do coletivo Amigos da Terra Internacional (Uruguai) ao serviço dos movimentos sociais com um enfoque latino americano. O texto que viria a ser usado pela Cúpula dos Povos no dia 15 de junho pode ser acessado em <http://www.radiomundoreal.fm/5597-assim-nao-vale?lang=pt>

impossibilitado por autoridades do próprio país anfitrião de comparecer a eventos que dizem respeito ao trabalho que este profissional e ativista vem desempenhando durante alguns anos. Ademais, também não seria conveniente que este fato fosse noticiado somente por organismos de contestação do evento e sem a “cosmética” do jornalismo convencional brasileiro. Sendo assim, e estando a Vale dotada de uma sofisticada e hábil assessoria de imprensa (e tendo notado com antecedência o circular de informações sobre o incidente), é possível que, como forma de evitar maiores futuros transtornos, este órgão em conjunto com a diplomacia do Brasil tenha voltado atrás nos seus protocolos de ação, de modo a desfazer o “mal-entendido” provocado pelas autoridades brasileiras de fronteira. Todo esse processo foi acompanhado pela grande mídia sem ainda se saber ao certo, como antes mencionado, o real motivo de tal ato impeditivo.

Para além dos constrangimentos próprios decorrentes de equívocos diplomáticos bilaterais, o importante deste ocorrido, em específico, está no fato de se perceber o papel das mídias alternativas (neste caso a internet) como ferramentas usadas para exercer pressão e dar vazão e eco a informações e dados relevantes ao interesse público, que de outro modo, ao depender somente dos meios de informações e fontes convencionais, não seriam explicitados e postos em discussão pela mídia hegemônica. Neste sentido, atualmente as grandes cadeias de jornalismo televisivo, apesar do seu alargado poder de alcance, perceberam que não detêm mais a total exclusividade da informação e nem mesmo podem depender das mesmas fontes de notícia. Portanto, concordamos com Manuel Carlos Chaparro quando categoricamente afirma que “as fontes organizadas, mesmo as informais e as transgressoras, são sinais vivos de democracia; e que o jornalismo inserido na democracia desenvolve a capacidade de interagir com os sujeitos intervenientes dos conflitos” (2001: 52).

Porém, como explica Noam Chomsky, esta democracia não deve ser empregada para edificar consentimento, ou seja, “para conseguir a concordância das pessoas para coisas que não queriam, recorrendo às novas técnicas de propaganda” (Chomsky, 2003: 15). Isto significa dizer que uma democracia não pode ser imposta através de um aparelho de propaganda ideológico que anestesie de tal forma os cidadãos de um país, que os tornem incapaz de diferenciar o mito da realidade (Macedo, 2011). No caso do Brasil, e talvez em todas as democracias do mundo, o aparato ideológico da grande

mídia corrobora com os desígnios do capital corporativo hegemônico, sob interesses dos países centrais do capitalismo para legitimar sua máquina de propaganda, enfraquecer a cidadania participativa e tornar os cidadãos meros recetáculos de informação e espectadores daquilo que lhes é dado como sendo democracia. Não obstante, Jean Daniel ressalta que a democracia é a soberania da consciência individual, e que o indivíduo é um fenómeno recente: “uma ideia nova na Europa, um conceito laudatório e arrogante, nascido ao mesmo tempo do mito de Prometeu e do modo como a revolução subtraiu a Deus à sua soberania para colocar de novo nas mãos do homem” (Daniel, 2000: 40). Desse modo, para Jean Daniel o individualismo constituir-se-ia como inerente à tradição democrática, portanto, um princípio a ser seguido onde quer que seja (Daniel, 2000: 43).

Esse modelo acabado de democracia ocidental, e reproduzido pelo discurso da propaganda hegemônica, impede a percepção da maioria das pessoas sobre as contradições intrínsecas ao próprio modelo ocidental que se tenta implantar como benéfico a outros regimes não ocidentais e “não democráticos”. Neste sentido, de acordo com Donald Macedo, esta democracia imposta é perniciosa porque aliena e incapacita as pessoas de um pensamento independente, e nas palavras deste autor:

Esta incapacidade leva-nos cada vez mais a um envolvimento continuado com a hipocrisia histórica – um processo que também nos torna capazes de erradamente conciliar as enormes contradições inerentes à maior parte das democracias contemporâneas. Por outras palavras, enquanto o «rebanho desorientado» está sujeito a mecanismos ideológicos que enfraquecem o pensamento independente, um pré-requisito para a «fabricação do consentimento» orwelliano, os governantes e a classe instruída ocupam-se de debilitar a democracia de forma a garantirem a subsistência da hegemonia cultural do Ocidente (Macedo, 2011: 13).

Neste sentido, de forma a conter a crise ou o “tropol e o fragor” do “rebanho tolo”, parte da classe política juntamente com as grandes corporações em conluio com a mídia hegemônica brasileira e mundial, constroem aparatos de controle ideológico que vão muito além de um processo de criação de discursos e de repetição de imagens e símbolos de interesses individuais de cada setor. Ao contrário, unem-se para propor e impor um modelo de democracia baseado nas (suas) noções de direitos humanos, economia verde, responsabilidade social e ambiental, desenvolvimento sustentável, dentre outros aforismas recorrentes e subjacentes aos jargões do grande capital corporativo.

Destarte, a posse e controle de informação por alguns meios midiáticos são uma importante ferramenta para se alcançar estes e outros objetivos pois, parafraseando Chomsky, “quando se tem o total controle sobre os media e o sistema educativo e quando os meios académicos são conformistas, a partida está ganha” (2003: 40).

Não obstante, empresas como a Vale atentaram que não poderiam estar sujeitas aos consensos e deliberações dos conglomerados de informação para defender seus interesses, e passaram a munir-se com uma sofisticada assessoria de imprensa composta por um grupo próprio de profissionais de jornalismo e mídia altamente capacitados para respaldar as ações da Companhia perante a sociedade, tentando tornar-se assim a única fonte fiável.

Neste sentido, podemos afirmar que no caso do incidente ocorrido com o jornalista moçambicano, a deontologia dos meios de comunicação brasileiros e internacionais foram exercitados por meio da pressão da sociedade civil via os veículos de comunicação radicais do ciberespaço. Com efeito, e de certa forma divergindo do que sugere Chaparro, a credibilidade das mídias se deteriora quando atrelada a outras grandes corporações, mesmo quando suas assessorias de imprensa “são dotadas de aptidão técnica e ética para a produção ou explicação de interesse público” (Chaparro, 2001: 49), pois a abrangência deste interesse público encontra limites ao confrontar-se com as conveniências de governos e empresas transnacionais, levando poucas assessorias a manterem a qualidade jornalística em favor do que seria o essencial para a população.

A intervenção das mídias alternativas na composição das informações que confrontam, até certo ponto, os padrões canónicos do espaço midiático hegemónico não é recente, e seu resultado, ou seja, a ampliação do debate, também já não é pouco previsível. Contudo, faz-se necessário ressaltar que a maneira como se processam os estágios de aquisição da informação e conseqüentemente sua finalidade, marca a diferença entre a informação dos meios hegemónicos e o contradiscurso.

A função da mídia como alternativa ao discurso hegemónico em Moçambique

O uso da imprensa como veículo de contestação em Moçambique tem longa data. De acordo com José Capela (1996: 14) nas duas primeiras décadas do século XX, os

jornais moçambicanos “O Africano” e “O Brado Africano” eram os únicos que agregavam potencialidades de contestação e denúncia sobre vários aspectos da vida cotidiana. Naquele tempo, as pautas de denúncias destes dois semanários tinham como foco as ingerências políticas da metrópole (sob as rédeas dos republicanos) sobre o destino dos habitantes da colónia e o descaso da primeira com os colonos, mas principalmente com os originais moçambicanos; aquele autor acrescenta ainda que quase toda a imprensa da época, incluso a operária, era constituída por uma visão invariavelmente eurocêntrica.

À época da guerra de libertação, a Frelimo foi publicizada por meios de comunicação considerados subversivos, desde rádios clandestinas operadas no exterior até panfletos e periódicos distribuídos pelos apoiadores e células do movimento espalhadas pelo território e pelo estrangeiro, contestavam veemente o regime de modo a promover a independência. Contudo, no período pós independência, já sob o controle da Frelimo, a comunicação social passou a fazer parte de um sistema centralizado, maniqueísta, integrado a num programa global que não se diferenciava, por exemplo, da escola ou do posto de saúde.

Ainda, Leite de Vasconcelos (1996: 140) aponta o carácter deletério impresso pelo dirigismo partidário que conduziu a imprensa a uma vocação maniqueísta pautada numa atitude mais preterível do que crítica. Igualmente afirma que o pernicioso dessa atitude de rejeição (ao outro, ao não enquadrado, ao passado) no período pós independência, foi o fato de que a rutura com o passado induziu a rejeição global da informação do tempo colonial, de experiências radicais e emancipatórias, levando os jovens jornalistas a estarem privados de referências.

A independência da produção da informação, a exemplo do “O Metical”, foi importante para formar uma consciência reivindicativa nas camadas subalternas na sociedade nos anos 90. Contudo, após manifestações contrárias à publicação deste periódico por parte de setores da elite, este jornal foi extinto¹⁵ no início de 2001 transformando-se num duro golpe para o real exercício democrático pautado na reivindicação e denúncia dos desvios gerenciais e morais do poder público e do

¹⁵ De acordo com André José (2005), “O Metical” foi fundado por Carlos Cardoso em 1997. Considerado como precursor do jornalismo de investigação em Moçambique, foi fundamental para o aprofundamento democrático no país. O jornalista fundador foi assassinado em novembro de 2000, quando investigava vários casos de corrupção em Moçambique.

aparelhamento do Estado com interesses económicos e privados em detrimento da coisa pública. Neste sentido, podemos afirmar que a seleção e a elaboração jornalística dos contextos circunscrevem a repercussão das reações de contestação com as expectativas populares. Nesta aceção, Mendes e Seixas (2005: 102), refletindo sobre a intervenção dos jornalistas nestes processos sociais reivindicativos, asseveram que as narrativas jornalísticas “de crítica ou endosso das ações empreendidas, concedem aos participantes os recursos para a produção das lógicas de justificação das ações de protesto e aos públicos os quadros de interpretação das mesmas”.

De fato, o diálogo e a troca de experiências entre jornalista e sociedade fazem-se importantes; e o exercício da participação desta última como interlocutor ativo e produtor de realidades noticiosas é ainda mais necessário para o exercício de cidadania participativa. Contudo, passados mais de 20 anos desde o acordo de paz de 92 em Moçambique, e a partir da abertura de mercado no final dos anos 80, a almejada independência da informação foi sequestrada, por interesses privados em conluio ou não com poderes do Estado.

Neste sentido, a “trialética do poder” abordado por Cremilda Medina (*apud* Chaparro, 2001: 53), faz-se importante pelo esforço de aquisição de outros enunciados significativos que expressam outras lógicas de saber, perspetivas de vida e discursos. Segundo este conceito, é obrigatório o dever intelectual, não só do jornalista mas de qualquer profissional por trás dos meios (alternativos) de informação, de modo a romper a bipolarização dos conflitos de poder (fontes organizadas e redações), pois segundo esta visão, e através da ampliação da sensibilidade do mediador da informação (por desenvolvimento de uma cosmovisão), há sempre um terceiro pólo que precisa ser revelado e ganhar identidade; ou seja, o povo. Este, por sua vez, produz acontecimentos, conflitos, cultura, fatos, falas, artes e saberes que precisam ser capitados, compreendidos e narrados, e que estão presentes tanto na expressão popular quanto na cultura de massa.

Sendo assim, a noção de trialética do poder corrobora com os preceitos da “mídia radical” preconizados por John Downing (2001), pois os objetos analíticos e intersubjetivos dessa mídia, i.e., a cultura popular e de massa, não se anulam, pelo contrário, ambas ultrapassam muitas vezes a forma dualista de se ver a realidade das coisas ao se entrecruzarem. Porém, também faz ressaltar que a cultura popular é a

matriz da mídia radical alternativa, já que está relativamente livre da agenda convencional da mídia hegemônica e dos poderes constituídos, fazendo, por vezes, oposição à esta agenda (Downing, 2001: 8). Portanto, como afirma Downing, a mídia radical é um fenômeno misto, livre e radical em certos aspectos, mas não em outros¹⁶, inclui vasta gama de atividades para além do caráter essencialmente político e de contestação, e não está condicionado ao manejo e uso radical exclusivo das tecnologias de rádio, vídeo, internet etc (idem: 9). Com efeito, a “audiência” deste tipo de mídia é reorientada para usuários de mídia ativos, variados e não acríticos, os quais não se apresentam como meros consumidores ou telespectadores dos produtos informativos gerados pelos meios convencionais.

Da mesma forma, através destes meios, pessoas individualmente¹⁷ e/ou ligadas a grupos da sociedade civil organizada, estão a exigir maior transparência das ações do governo central referentes, principalmente, às políticas de desenvolvimento regional e à alocação dos recursos obtidos pelo Estado através dos impostos e das ajudas externas. Os casos de denúncia sobre a atuação da empresa Vale em Moatize, que por meio de suas atividades neste país passou a se chamar Vale-Moçambique, foram primeiramente disseminados através de material eletrônico produzido por associações de defesa do meio ambiente¹⁸, de direitos dos trabalhadores, dos atingidos pela Vale, dentre outras iniciativas da sociedade civil. Estes produtos midiáticos circulam com maior facilidade pelo ciberespaço, quebrando assim a supremacia dos canais convencionais de informação e gerando canais de resistência informativos e contra convencionais. A formação desta resistência está no cerne da constituição de uma contra hegemonia, e será melhor discutido no próximo ponto.

Portanto, sendo o impedimento de entrada no Brasil do jornalista moçambicano Jeremias Vunjanhe um exemplo ilustrativo das consequências do uso das ferramentas midiáticas como contradiscurso, suspeitamos assim que uma das causas deste impeditivo, para além da sua participação como observador na Rio+20, seja a relação direta com a abrangência das denúncias efetuadas pelo jornalista através de meios

¹⁶ Explica que o fato de incluir aspectos da cultura de massa faz com que contenha também práticas consideradas conservadoras e totalmente comerciais.

¹⁷ Neste caso citamos o Blog de Fernando Gil: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/

¹⁸ Entrevista com Jeremias Vunjanhe no início de 2012 realizada pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil: <http://amigosdaterrabrasil.wordpress.com/2012/06/14/vale-novos-conflitos-em-mocambique-entrevista-especial-com-jeremias-filipe-vunjanhe-2/> último acesso em 14.08.2012

não convencionais sobre a postura neocolonialista de exploração da companhia brasileira Vale no distrito de Motize, e sob os auspícios do governo moçambicano.

A mídia radical como ferramenta de contestação e resistência social

Os veículos de comunicação alternativos prestam um serviço importantíssimo no sentido do exercício da contestação e do ativismo. No entanto, a reprovação às ingerências de cunho neocoloniais perpetradas por empresas multinacionais como a Vale-Moçambique, dá-se primeiramente a partir do descontentamento experienciado por aqueles que estão sob o seu jugo: as comunidades e os empregados locais da empresa.

Por sua vez, o megaprojeto da Vale, como representante do grande capital em Moçambique, tende a reforçar seu poder económico através da exploração do trabalho e do predomínio da relação capital-salário assentado num discurso de inclinação hegemónica (*public transcript*)¹⁹, com base naquilo que Anibal Quijano (2010) chama de a “colonialidade do poder”: ou seja, a continuidade das relações de poder, exploração e acumulação capitalista entre estados-nação, forjada primeiramente por um “norte” (eurocentrado) sobre um “sul” global (eurocêntrico), que em nível do território moçambicano é viabilizada por uma elite político económica nacional eurocêntrica que, pela “participação nos lucros da empresa”, tende a conservar a subsistência desta exploração.

Por outro lado, podemos dizer que a reação a um modelo de subjugação da força produtiva local que desrespeita direitos trabalhistas e despreza as idiossincrasias, temporalidades e crenças locais, se inicia por meio dos “transcritos ocultos” (*hidden scripts*), os quais, de acordo com James Scott (1990), representam ações, gestos, práticas que confirmam ou contradizem ou modificam os discursos públicos das elites. Tendo seus semelhantes (e às vezes jornalistas) como audiências, estas ações são executadas pelas camadas dominadas longe do campo de visão dos titulares do poder, comumente no local de trabalho nas minas, nas residências (precárias construídas pela

¹⁹ Conforme James Scott, os “transcritos públicos” sugerem “a shorthand way of describing the open interaction between subordinates and those who dominate. The public transcript where it is positively misleading is unlikely to tell the whole story about power relations” (1990: 2). E, ademais, “the theatrical imperatives that normally prevail in situations of domination produces a public transcript in close conformity with how the dominant group would wish have things appear” (idem: 4).

empresa), e buscam geralmente criticar e pesar as ações e as promessas não cumpridas ou parcialmente executadas pelos dominantes, neste caso a Vale e o governo. Sendo assim, supomos que as pessoas afetadas pelas ações mal coordenadas pela empresa estejam constantemente, por meio da infrapolítica²⁰, a analisar suas situações (condição de habitação, salubridade, etc.) e a dialogar entre si como forma de promover atos de resistência de maneira a propagar possibilidades de resposta.

Por outro lado, James Scott aponta que os “transcritos ocultos”, como atos de fantasia em meio à aparente conformidade e sob o “manto” da dominação, podem ser considerados uma forma de suprimir a fúria violenta da população explorada em favor de proteger os seus semelhantes (1990: 37).

Ao contrário de uma concepção generalizada nos estudos sobre as tensões sociais de massa, Jack Goldstone (*apud* Mendes e Seixas, 2005: 103) “argumenta que quanto mais democrática é uma sociedade maior será a probabilidade de existirem movimentos sociais e ações de protesto, muitos até de cariz violento”. Todavia, a importância da mídia radical se faz menos em razão de se frear quaisquer ímpetus insurgentes [e talvez violentos], mas mais como forma de conter a hegemonia dos consensos propalados pelas ideologias corporativas instaladas no *mainstream* midiático em conluio com as elites locais (Downing, 2001: 18).

Neste contexto, a dominação de um grupo (neste caso a elite detentora da *Grand media*) sobre outro [os subordinados do grande capital] é constantemente ensaiada para inculcar nos subordinados a crença no poder do dominante e na sua superioridade *ad aeternum*. Do mesmo modo, devem convencer também os seus pares para que possam apreender e inculcar uma consciência [fantasiosa] de poder constante e ilimitado (Scott, 1990: 49). Em Moçambique, e em vários outros lugares da África e da América Latina, essa realidade subsiste como forma de controle das massas. Porém, em ambos os continentes, para o desagrado dos conglomerados económicos globais, incipientes forças de informação rebeldes e contra hegemónicas, e distintas formas de resistência estão a aparecer, mesmo que timidamente, na ribalta dos jogos de influência.

²⁰ James Scott designa também por infrapolítica “a wide variety of low-profile forms of resistance that dare not speak for their own name” (1990: 19).

Considerações finais

No continente africano do século XXI, Moçambique destaca-se entre os países que nos últimos anos têm capitado grandes investimentos nas áreas de serviços, de empresas e projetos estrangeiros de exploração energética e mineira, principalmente. Esta confluência de empresas transnacionais e capitais para o país tem gerado grandes riquezas e dividendos para o Estado. Contudo, este novo ciclo de crescimento, por meio dos auxílios externos, não deveria basear-se apenas na canalização destes recursos para o desenvolvimento de estruturas para suportar e promover estes mesmos empreendimentos estrangeiros. Grandes empresas multinacionais como a brasileira Vale maximizam seus lucros através dos subsídios encontrados e obtidos nos países nos quais se instala, fazendo com que o custo de produção após o começo da exploração seja quase nulo. E conforme explica Carlos Castelo-Branco (2008: 3), o impacto da riqueza produzida pelos megaprojetos em Moçambique é proporcional ao grau de retenção e absorção de parte dessa riqueza gerada no país. Nesta acepção, através das políticas de incentivos e isenção de impostos pouco ou nada é reinvestido no país, postergando assim para abstração futura, investimentos em áreas essenciais como educação, moradia, saúde, etc, e basilares para prossecução da erradicação da pobreza.

Não obstante a inversão de gigantescos investimentos e incomensurável geração de riqueza no país, e a despeito do grau de envergadura destes projetos de extração de minério e energia no território, a pergunta que se deve fazer é a seguinte: em meio a tanto jorrar de recursos, quem são os reais beneficiários dos megaempreendimentos? Seriam as empresas e as elites locais [políticas e empresariais]? Seriam os cotistas das bolsas de valores localizadas nos centros do poder e beneficiários do fluxo de capital especulativo? Ou será que é aquela comunidade que foi desalojada e que agora vive em condições precárias na área destinada para o seu confinamento? A resposta pode parecer óbvia. Mas a verdade é que os beneficiários dessa “abundância maldita” e do “ciclo da orgia de recursos” (Santos, 2012)²¹ camuflam-se por meio de acordos de ajuda internacionais e tratados de cooperação para o desenvolvimento económico regional. Do mesmo modo, indigitam-se personagens, mas ninguém sabe ao certo

²¹ O artigo “A maldição da Abundância?” de Boaventura de Sousa Santos pode ser conferido em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5699

quem são. As elites sempre quando questionadas parecem não entender a pergunta e apontam para o povo; as empresas quase sempre têm explicações matemáticas e económicas para confirmar suas perdas de produtividade; e a comunidade local, infelizmente está até agora na expectativa de que se concretize as promessas recebidas no momento de sua consulta.

Apesar da aparente cristalização dos eventos transformadores e do fatalismo das desgraças anunciadas, há atualmente no mundo mais ferramentas de transformação e reinvenção da realidade do que em qualquer outra época. Neste sentido, a sociedade civil organizada, despida de seu estoicismo utópico, buscando elevar seu espírito transformador por meio das possibilidades materiais compartilhadas, baseada no bem comum, mostra-se instrumentalmente apta para a realização desta façanha.

O caso da Vale em Moçambique pode ser considerado paradigmático unicamente pelo fato de ser uma grande empresa originada na periferia do sistema mundo, num país também periférico, porém passando por rápidas transformações [assim como outros emergentes], com aspirações imperialistas e inserido num mundo em profundas e céleres mudanças.

Atualmente os meios de comunicação alternativos e informáticos [em processo de popularização de massa em âmbito global] são as principais e melhores ferramentas possíveis para agregar, organizar e pulverizar informações no sentido de se tentar modificar os padrões socialmente regidos por um tipo de *habitus* macroestruturante globalizado, mas que não se sustenta se se modificar os padrões culturais marcados por uma lógica inter-relacional de acumulação neoliberal e exclusão eurocêntrica. Dessa forma, o pulular de esforços para materializar mudanças em Moçambique não se dá de forma solitária e circunscrita, mas em unísono com uma rede solidária global. Portanto, o uso das assim chamadas “mídias radicais”, para além da ampliação da participação dos indivíduos e comunidades nos processos decisórios, pode ser o elemento agregador e difusor de uma nova aquisições de outras possibilidades, de outras lógicas, outras cosmologias, e de uma heterogeneidade de padrões epistemológicos que buscam o respeito pela alteridade, não com base numa atitude benevolente, paternalista e fetichizada, mas por meio da virtualidade de outras contingências de existência e de conhecimento.

Referências bibliográficas

- Borges Coelho, João P. (2004), "Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento. Capítulo III.
- Capela, José (1996), "A imprensa de Moçambique até à independência", in Fátima Ribeiro e António Sopa (Coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 11-27.
- Castelo-Branco, Carlos N. (2008), "Os mega projetos em Moçambique: que contributo para economia nacional?" in Fórum da Sociedade Civil sobre a Indústria Extrativa. Maputo: S/P, 1-17.
- Chomsky, Noam (2003), *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*. Portugal: Editorial Inquérito.
- Daniel, Jean (2000), "Nação e democracia", in João Carlos Espada (Coord.), *A invenção democrática*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 35-44.
- Downing, John D.H. et al (2001), *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. Thousand Oaks: Sage.
- Hanlon, Joseph (1997), *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Moçambique: Imprensa Universitária UEM.
- José, André C. (2006), "Neoliberalismo e a crise do trabalho em Moçambique: o caso da indústria do caju", *Cabo dos Trabalhos*, 1, 1-38.
- Quijano, Anibal (2010), "Colonialidade do poder e classificação social", in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 73-116.
- Macedo, Donald (2001), *A democracia imposta: diálogos com Noam Chomsky e Paulo Freire*. Portugal: Edições Pedagogo, LDA.
- Mendes, José M. O.; Seixas, Ana M. (2005), "Ação coletiva e protesto em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127.
- Mosca, João (1999), *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget. (Coleção: Estudos e Documentos).
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.
- Scott, James C. (1990), *Domination and the art of resistance: hidden transcripts*. Yale University Press.
- Serra, Carlos et al (2000), *História de Moçambique: Agressão imperialista, 1886-1930*. Volume 1. Maputo: Livraria Universitária – UEM.
- Vasconcelos, Leite de (1996), "Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência", in Fátima Ribeiro e António Sopa (Coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 139-143.